



JORNAL OFICIAL

Sexta-feira, 25 de Janeiro de 2008



Série

Número 18

Sumário

SECRETARIAREGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS
Aviso

SECRETARIAREGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL
Rectificação

SECRETARIAREGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Rectificações
Avisos

SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS
Despacho n.º 7/2008

SECRETARIAREGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS
Despacho

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL
Aviso n.º 29/2008

CÂMARA MUNICIPAL DA PONTA DO SOL
Aviso - Plano de urbanização da Vila da Ponta do Sol/Norte

CASA DO POVO DE MACHICO
Estatutos

SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS

DIRECÇÃO REGIONAL DE JUVENTUDE

Aviso

Ao abrigo do n.º 3 do artigo 44.º da Lei n.º 23/2006, de 23 de Junho, vem a Direcção Regional de Juventude proceder à publicação no Jornal Oficial, da lista dos apoios concedidos às Associações Juvenis, e nos termos da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, relativos ao ano económico de 2007.

Entidade Beneficiária	Subsídio Financeiro Anual	Apoio Pontual (a)	Apoio Técnico (b)	Apoio em Passagens Aéreas	Programa Voluntariado Juvenil
ARCHAIS	---	---	---	---	60,00 €
Associação «Club Pés Livres»	2.000,00 €	1.279,00 €	X	---	---
Associação «Companhia Contigo Teatro»	1.500,00 €	31,68 €	---	---	---
Associação «Estudantina Académica da Madeira»	1.500,00 €	1.734,36 €	X	---	---
Associação «Grupo de Campismo de Santo António»	2.000,00 €	---	---	---	---
Associação «Grupo Teatral de S. Gonçalo»	---	---	---	5 pas.	---
Associação «Teatro Amador do Livramento-O Tal»	1.000,00 €	---	---	---	900,00 €
Associação «Refúgio da Freira»	1.000,00 €	66,24 €	---	2 pas.	---
Associação «Uma D'Elias»	1.500,00 €	---	---	---	---
Associação Cultural e Desportiva do Jardim da Serra	2.000,00 €	---	---	---	720,00 €
Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Rosário	2.000,00 €	---	---	---	---
Associação de Escoteiros de Portugal	7.500,00 €	---	X	3 pas.	---
Associação de Estudantes da Escola Superior de Enfermagem S. José Cluny	---	---	---	2 pas.	---
Associação de Estudantes de Arte e Design da UMa	---	1.498,48 €	---	1 pas.	---
Associação de Guias de Portugal	2.000,00 €	7,00 €	---	2 pas.	---
Associação Desportiva e Cultural do Faial	---	603,75 €	---	---	---
Associação Juventude Antoniana	---	250,00 €	---	---	---
Associação Juventude Dehoniana	---	---	---	1 pas.	---
Associação Sócio-Cultural da Fonte	---	448,80 €	---	---	1.200,00 €
Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea	1.000,00 €	---	---	1 pas.	---
Corpo Nacional de Escutas	20.000,00 €	11,20 €	---	14 pas.	2.400,00 €
Associação Académica da Universidade da Madeira	15.000,00 €	---	---	3 pas.	---
Fundação da Juventude	9.500,00 €	---	---	---	---
Jovens Cristãos da Madeira	---	64,00 €	---	---	---
Associação de Est. da Esc. Sec. do Porto Moniz	---	246,45 €	---	---	---

Notas:

a) Apoio em que a DRJ assume directamente o encargo da despesa em benefício da associação (v.g. trabalhos gráficos, aluguer de carro, reprografia, troféus, alojamento, refeições, t-shirts, tecidos, recibos e placas)

b) Apoio técnico traduz-se na cedência de equipamentos (som/luz/palco/retroprojector), espaços (auditório/ginásio) e transportes.

Funchal, 17 de Janeiro de 2008.

O DIRECTOR REGIONAL DE JUVENTUDE, Jorge Maria Abreu de Carvalho

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL**Rectificação**

Por ter sido publicado de forma incorrecta o Aviso, publicado na pág. 2-S, no JORAM, n.º 219, Suplemento, II Série, de 27 de Dezembro de 2007, abaixo se rectifica:

Onde se lê:

“... Guida Maria Moreira de Sousa,....”

Deve ler-se:

“... Maria Guida Moreira de Sousa,....”

Secretaria Regional do Equipamento Social, 21 de Janeiro de 2008..

O CHEFE DE GABINETE, João Ricardo Luis dos Reis

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DIRECÇÃO REGIONAL DA ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA

Rectificação

Por ter saído com inexactidão no JORAM n.º 6, II série, página 2, de 9 de Janeiro de 2008, relativo à nomeação para a categoria de Assistente de Administração Escolar Principal, no quadro de vinculação de pessoal não docente da área escolar do Funchal, rectifica-se o seguinte:

ONDE SE LÊ:

“(...)

Maria Gorete Ferreira - afecta à Escola Básica do 1.º Ciclo c/PE do Palheiro Ferreiro (...)”

DEVERÁ LER-SE:

“(...)

Maria Gorete Ferreira - afecta à Escola Básica do 1.º Ciclo c/PE Aspirante Mota Freitas (...)”

Funchal, 15 de Janeiro de 2008.

O DIRECTOR REGIONAL DA ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA, Jorge Manuel da Silva Morgado

Rectificação

Por ter saído com inexactidão no JORAM n.º 6, II série, página 3, de 9 de Janeiro de 2008, relativo à nomeação para a categoria de Ajudante de Acção Sócio-Educativa Principal, no quadro de pessoal do Infantário “O Sapatinho”, rectifica-se o seguinte:

ONDE SE LÊ:

“(...)

com efeitos a partir de 30 de Novembro de 2007 (...)”

DEVERÁ LER-SE:

“(...)

com efeitos a partir de 5 de Dezembro de 2007 (...)”

Funchal, 15 de Janeiro de 2008.

O DIRECTOR REGIONAL DA ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA, Jorge Manuel da Silva Morgado

Rectificação

Por ter saído com inexactidão no JORAM n.º 10, II série, página 4, de 15 de Janeiro de 2008, relativo à nomeação de Maria João Rodrigues de Sousa Saraiva, para a categoria de Chefe de Serviços de Administração Escolar, no quadro de pessoal da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos dos Louros, rectifica-se o seguinte:

ONDE SE LÊ:

“(...)

na sequência de concurso interno de acesso limitado (...)”

DEVERÁ LER-SE:

“(…) na sequência de processo especial de concurso de acesso(…)”

Funchal, 18 de Janeiro de 2008.

O DIRECTOR REGIONAL DA ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA, Jorge Manuel da Silva Morgado

DIRECÇÃO REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Aviso

Por despacho do Exm.º Senhor Secretário Regional de Educação e Cultura, de 20/12/2007 e na sequência de concurso interno de acesso geral, para preenchimento de 1 vaga na categoria de Técnico Superior Principal, no quadro de pessoal da Direcção Regional de Qualificação Profissional, foi nomeado definitivamente, Hernâni Magno Pereira Vares, aprovado no referido concurso para a categoria de Técnico Superior Principal, da carreira de Técnico Superior, com efeitos a partir da data do respectivo despacho.

(Isento de Fiscalização prévia pela S.R.T.C.).

Funchal, 21 de Janeiro de 2008.

A DIRECTORA REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, Sara Maria Nunes de Almeida Estudante Relvas

Aviso

Por despacho do Exm.º Senhor Secretário Regional de Educação e Cultura, de 20/12/2007 e na sequência de concurso interno de acesso geral, para preenchimento de 1 vaga na categoria de Técnico Superior Principal, no quadro de pessoal da Direcção Regional de Qualificação Profissional, foi nomeado definitivamente, Reinaldo Soares Fino, aprovado no referido concurso para a categoria de Técnico Superior Principal, da carreira de Técnico Superior, com efeitos a partir da data do respectivo despacho.

(Isento de Fiscalização prévia pela S.R.T.C.).

Funchal, 21 de Janeiro de 2008.

A DIRECTORA REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, Sara Maria Nunes de Almeida Estudante Relvas

Aviso

Por despacho do Exm.º Senhor Secretário Regional de Educação e Cultura, de 20/12/2007 e na sequência de concurso interno de acesso geral, para preenchimento de 1 vaga na categoria de Técnico Superior Principal, no quadro de pessoal da Direcção Regional de Qualificação Profissional, foi nomeada definitivamente, Carla Marisa Romão Vieira Fernandes, aprovada no referido concurso para a categoria de Técnico Superior Principal, da carreira de Técnico Superior, com efeitos a partir da data do respectivo despacho.

(Isento de Fiscalização prévia pela S.R.T.C.).

Funchal, 21 de Janeiro de 2008.

A DIRECTORA REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, Sara Maria Nunes de Almeida Estudante Relvas

Aviso

Por despacho do Exm.º Senhor Secretário Regional de Educação e Cultura, de 20/12/2007 e na sequência de concurso interno de acesso geral, para preenchimento de 1 vaga na categoria de Técnico Superior Principal, no quadro de pessoal da Direcção Regional de Qualificação Profissional, foi nomeada definitivamente, Filipa Patrícia Alves Correia de Abreu, aprovada no referido concurso para a categoria de Técnico Superior Principal, da carreira de Técnico Superior, com efeitos a partir da data do respectivo despacho.

(Isento de Fiscalização prévia pela S.R.T.C.).

Funchal, 21 de Janeiro de 2008.

A DIRECTORA REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, Sara Maria Nunes de Almeida Estudante Relvas

Aviso

Por despacho do Exm.º Senhor Secretário Regional de Educação e Cultura, de 20/12/2007 e na sequência de concurso interno de acesso geral, para preenchimento de 1 vaga na categoria de Técnico Superior de 1.ª classe, no quadro de pessoal da Direcção Regional de Qualificação Profissional, foi nomeada definitivamente, Délia Florentina Aveiro Franco, aprovada no referido concurso para a categoria de Técnico Superior de 1.ª classe, da carreira de Técnico Superior, com efeitos a partir da data do respectivo despacho.

(Isento de Fiscalização prévia pela S.R.T.C.).

Funchal, 21 de Janeiro de 2008.

A DIRECTORA REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, Sara Maria Nunes de Almeida Estudante Relvas

Aviso

Por despacho do Exm.º Senhor Secretário Regional de Educação e Cultura, de 20/12/2007 e na sequência de concurso interno de acesso geral, para preenchimento de 1 vaga na categoria de Assistente Administrativo Especialista, no quadro de pessoal da Direcção Regional de Qualificação Profissional, foi nomeada definitivamente, Maria Fátima Ferreira de Sousa, aprovada no referido concurso para a categoria de Assistente Administrativo Especialista, da carreira de Assistente Administrativo, com efeitos a partir da data do respectivo despacho.

(Isento de Fiscalização prévia pela S.R.T.C.).

Funchal, 21 de Janeiro de 2008.

A DIRECTORA REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, Sara Maria Nunes de Almeida Estudante Relvas

Aviso

Por despacho do Exm.º Senhor Secretário Regional de Educação e Cultura, de 20/12/2007 e na sequência de concurso interno de acesso geral, para preenchimento de 1 vaga na categoria de Assistente Administrativo Especialista, no quadro de pessoal da Direcção Regional de Qualificação Profissional, foi nomeada definitivamente, Grácia Teresa Velosa Belim, aprovada no referido concurso para a categoria de Assistente Administrativo Especialista, da carreira de Assistente Administrativo, com efeitos a partir da data do respectivo despacho.

(Isento de Fiscalização prévia pela S.R.T.C.).

Funchal, 21 de Janeiro de 2008.

A DIRECTORA REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL,
Sara Maria Nunes de Almeida Estudante Relvas

Aviso

Por despacho do Exm.º Senhor Secretário Regional de Educação e Cultura, de 20/12/2007 e na sequência de concurso interno de acesso geral, para preenchimento de 1 vaga na categoria de Assistente Administrativo Especialista, no quadro de pessoal da Direcção Regional de Qualificação Profissional, foi nomeada definitivamente, Márcia Andreia Camacho Rebolo da Costa, aprovada no referido concurso para a categoria de Assistente Administrativo Especialista, da carreira de Assistente Administrativo, com efeitos a partir da data do respectivo despacho.

(Isento de Fiscalização prévia pela S.R.T.C.).

Funchal, 21 de Janeiro de 2008.

A DIRECTORA REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL,
Sara Maria Nunes de Almeida Estudante Relvas

DIRECÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS CULTURAIS

Aviso

Por despacho do Secretário Regional de Educação e Cultura de 01/01/2008, foi autorizada e nomeada em comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, com início a 01 de Janeiro de 2008, MARIA ASCENSÃO GOUVEIA DE NÓBREGA, Auxiliar Administrativo do grupo de pessoal auxiliar, para o exercício de funções correspondentes às da categoria de Assistente Administrativo da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal da Direcção Regional dos Assuntos Culturais, tendente à sua reclassificação profissional, ao abrigo da alínea d) do artigo 4.º e n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/2000/M, de 1 de Abril.

Funchal, 21 de Janeiro de 2008.

O DIRECTOR REGIONAL DOS ASSUNTOS CULTURAIS, João Henrique Gonçalves da Silva

SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

Despacho n.º 7/2008

Considerando que a natureza das funções cometidas à Direcção Regional do Património, impõe que se proceda a pagamentos que reclamam satisfação imediata, determino:

Sec. 08 Cap. 02 Div 03 Subdiv. 00		
02 01 08	Material de escritório	300.00€
02 01 17	Ferramentas e utensílios	100.00€
02 01 21	Outros bens	300.00€
02 02 03	Conservação de bens	200.00€
02 02 10	Transportes	50.00€
02 02 25	Outros serviços	1 400.00€

1. Constituir na Direcção Regional do Património, um fundo de maneiio no montante de 2.350.00€ (Dois mil e trezentos e

cinquenta euros), de acordo com as rubricas orçamentais abaixo indicados, que será periodicamente reconstituído, à medida que for despendido:

2. Deverá assegurar-se que o pagamento dos preparos para registo dos imóveis, seja efectuado de acordo com a tabela emolumentar dos registos e notariado, beneficiando das isenções aplicáveis.

3. O fundo maneiio fica sob a responsabilidade do Director Regional do Património, licenciado Francisco Manuel Quintal de Jesus.

4. As verbas são depositadas em conta bancária existente par o efeito e para movimentar essa conta basta assinatura do Director Regional do Património.

5. A reconstituição do fundo maneiio e a sua entrega após exercício anual, deverá ocorrer nos termos regulamentares previstos, na Tesouraria do Governo Regional da Madeira.

6. Este despacho entra imediatamente em vigor.

Secretaria Regional do Plano e Finanças, 16 de Janeiro de 2008.

O SECRETÁRIO REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS, José Manuel Ventura Garcês

SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

Despacho

Considerando que o Decreto Legislativo Regional n.º 26/2004/M, de 20 de Agosto que aprova a orgânica do Centro de Segurança Social da Madeira, prevê no artigo 26.º o cargo de Chefe de Divisão de Apoio Social no âmbito do Estabelecimento Bela Vista cargo de direcção intermédia de 2.º grau;

Considerando que o cargo de Chefe de Divisão de Apoio Social no âmbito do Estabelecimento Bela Vista se encontra vago e que se torna imprescindível garantir o seu preenchimento;

Considerando que o eficaz desempenho daquelas funções exige, para além da qualificação técnica, experiência adequada ao seu exercício.

Nestes termos, ao abrigo do disposto nos números 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com redacção dada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e n.º 1 e 5 do Artigo 3.º A e n.º 3 do Artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de Abril, com redacção dada pelo Artigo 2.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/M, de 14 de Julho, determino o seguinte:

1 - Nomear em comissão de serviço pelo período de um ano, Chefe de Divisão de Apoio Social no âmbito do Estabelecimento Bela Vista, do quadro de pessoal do Centro de Segurança Social da Madeira, da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, qualificado como cargo de direcção intermédia de 2.º grau, a licenciada, Maria Gilberta Câmara Gouveia.

2 - Apresente nomeação é feita por urgente conveniência de serviço e produz efeitos à data do presente despacho.

Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, aos 7 de Janeiro de 2008.

O SECRETÁRIO REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS, Francisco Jardim Ramos

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

Aviso

DISCUSSÃO PÚBLICA DO PLANO DE PORMENOR NA MODALIDADE SIMPLIFICADA DE PROJECTO URBANO PARA A QUINTA DO POÇO

Torna-se público, para efeitos do disposto no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/2003 de 10 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 316/2007, de 19 de Setembro, e em cumprimento da deliberação camarária, tomada na reunião, datada de 17 de Janeiro de 2008, que se encontra aberto a partir do 5.º dia útil a seguir à publicação deste aviso no Diário da República, II Série, e durante um período de 22 dias úteis, um período de discussão pública da proposta do Projecto Urbano para a Quinta do Poço.

A nova proposta do Plano, acompanhada do parecer da Comissão de Acompanhamento, e do parecer que dispensa a elaboração de relatório ambiental estarão expostos no edifício dos Paços do Município do Funchal, Departamento de Planeamento Estratégico, onde poderão ser consultados, nas horas normais de expediente e também disponível na Internet, no site da Câmara Municipal do Funchal www.cm-funchal.pt

Durante o referido período de discussão pública, qualquer reclamação, observação ou sugestão deverá ser apresentada por escrito em impressos próprios, que se encontram disponíveis no Departamento de Planeamento Estratégico, ou podem ser descarregados a partir do site identificado no parágrafo anterior, devendo ser entregues directamente ou remetidos pelo correio para o Departamento Administrativo da Câmara Municipal do Funchal, Praça do Município 9004-512 Funchal.

Funchal e Paços do Concelho, aos 18, de Janeiro de 2008.

O VEREADOR POR DELEGAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA,
João José Nascimento Rodrigues

CÂMARA MUNICIPAL DA PONTA DO SOL**Aviso**

PLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DA PONTA DO SOL/ NORTE

Rui David Pita Marques Luís, Presidente da Câmara Municipal da Ponta do Sol torna público, que a Câmara Municipal deliberou, na reunião pública de 27 de Dezembro de 2007, dar início à elaboração do Plano de Urbanização da Vila da Ponta do Sol / Norte, nos termos do n.º 1 do artigo 74.º do Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei 310/2002, de 10 de Dezembro e pelo Decreto-lei 316/2007, de 19 de Setembro.

Área de intervenção:

A área de intervenção é de 14,51ha ou 145.130,00m², de acordo com a planta de localização que junto se anexa e delimitada da seguinte forma:

NORTE - ER 222(zona do antigo matadouro)

ESTE - ER 222 e Caminho de Santo Amaro

SUL - ER 226 (Clube Pontassolense), Estrada dos Combatentes

OESTE - Linha no sopé da escarpa a Norte, ER 222, Caminho das Terças

Participação / Audiência de interessados e Prazo:

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei 310/2002, de 10 de Dezembro e pelo Decreto-lei 316/2007, de 19 de Setembro, informa-se os interessados que decorrerá um período de

participação ao público por um prazo de 15 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso no Diário da República, para formulação de sugestões e para a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de elaboração.

Durante aquele período, os interessados poderão consultar os documentos que fazem parte do início da elaboração do projecto de plano, devendo dirigir-se à Divisão de Ambiente e Urbanismo. Os interessados deverão ainda, apresentar as suas sugestões ou informações em impresso próprio, que pode ser obtido na Secção Administrativa da mesma Divisão.

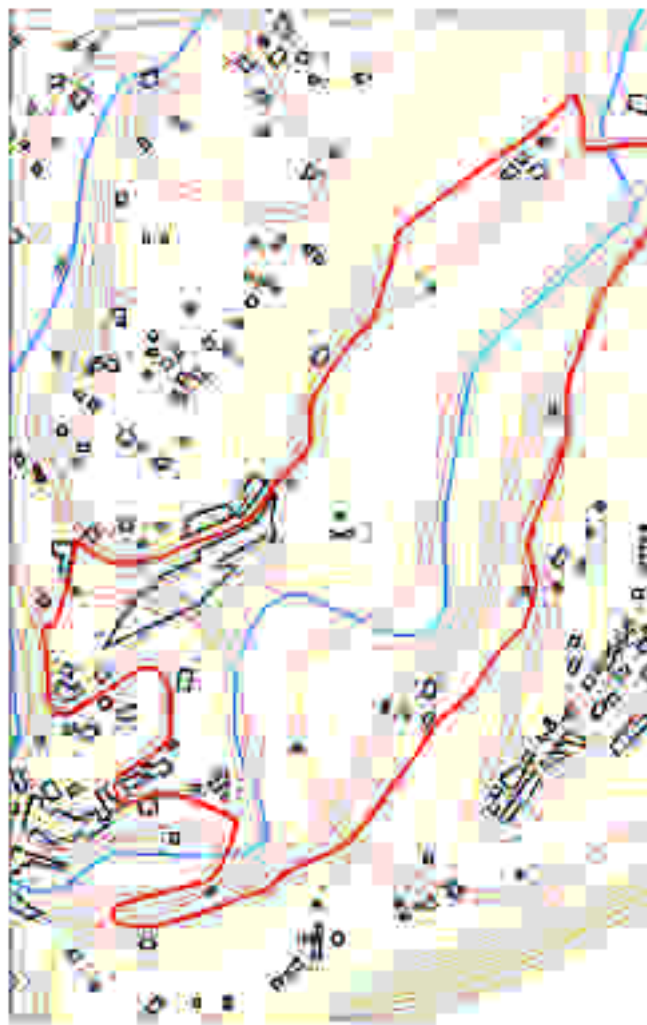
As sugestões ou informações deverão ser apresentadas, em mão na Secção Administrativa da Divisão de Ambiente e Urbanismo ou por correio, para a Câmara Municipal de Ponta do Sol, Rua de Santo António, n.º 5, 9360-219 Ponta do Sol.

O prazo global de elaboração do plano prevê-se de seis meses, a partir da data da publicação do presente aviso no Diário da República.

Ponta do Sol, 16 de Janeiro de 2008.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, Rui David Pita Marques Luís

Anexo do aviso - Plano de urbanização da Vila da Ponta do Sol/Norte



CASADO POVO DE MACHICO

Estatutos da Casa do Povo de Machico

CAPITULO I
NATUREZA E FINS
SECÇÃO ICaracterização
ARTIGO 1º
(Natureza)

A Casa do Povo de Machico é Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, de base associativa, constituída por tempo indeterminado e com o objectivo de promover o desenvolvimento cultural, recreativo e desportivo da comunidade e rege-se pelos presentes estatutos e pelas disposições legais aplicáveis.

ARTIGO 2º
(Sede e Área)

A Casa do Povo tem sede na Rua do Infante D. Henrique nº 29, Sítio da Pontinha 9200 – 123 - Machico, Freguesia e Concelho de Machico e abrange toda a área da Freguesia.

SECÇÃO II

ARTIGO 3º
(Finalidade)

- 1- A Casa do Povo tem como finalidade principal tornar as populações, responsáveis por iniciativas de cooperação solidária no campo da cultura, do desporto e do recreio.
- 2- Para a realização dos seus fins, deve a Casa do Povo promover acções de animação sócio cultural, quer em colaboração com outras entidades públicas ou privadas, nomeadamente no âmbito do teatro, da criação plástica, do folclore, da música, da fotografia, do cinema, da leitura, do convívio, a ocupação dos tempos livres, do artesanato, da cultura física das competições desportivas, da formação familiar, da defesa do património e de outros.
- 3- Incumbe ainda á Casa do Povo participar no planeamento de acções de carácter sócio - económico.
- 4- Para a prossecução dos objectivos referidos em 2. pode a Casa do Povo criar secções de actividades específicas.

CAPITULO II
SÓCIOS
SECÇÃO IDisposições Gerais
ARTIGO 4º
(Inscrição)

- 1- Podem inscrever-se como sócios, indivíduos maiores de 18 anos, no gozo pleno dos seus direitos cívicos, devidamente recenseados, que residam habitualmente na área abrangida por esta Casa do Povo.
 - 2- A admissão ou readmissão de sócios depende de requerimento dos interessados e de decisão da Direcção, da qual cabe recurso para a Assembleia Geral.
 - 3- O cancelamento da inscrição é feito a pedido do interessado.
- ÚNICO- Os amigos sócios são automaticamente considerados sócios efectivos, salvo a declaração em contrário.

ARTIGO 5º
(CATEGORIAS DE SÓCIOS)

- 1- São três as categorias de sócios: os efectivos, os honorários e os beneméritos
- a) São os sócios efectivos os antigos sócios da casa do povo que não tenham anulado a sua inscrição ou os indivíduos que requeiram essa inscrição e se encontrem nas condições previstas no nº1 do artigo 4º,
- b) São sócios honorários os indivíduos que, tendo prestado apreciáveis serviços á Casa de Povo, forem distinguidos pela Assembleia Geral como essa homenagem são sócios beneméritos os indivíduos que voluntariamente contribuíam com dotações ou donativos de vária ordem e que a Assembleia Geral os reconheça merecedores dessa distinção.

ARTIGO 6º
(Número mínimo de sócios)

O número mínimo de sócios da Casa do Povo é de cinquenta

SECÇÃO II
Direitos e deveresARTIGO 7º
(Direitos dos sócios)

Cada sócio da Casa do Povo goza dos seguintes direitos:

- a) Participar nas Assembleias Gerais,
 - b) Requerer a convocação da Assembleia Geral, de acordo com o estipulado nos presentes estatutos.
 - c) Apresentar propostas á Direcção relativamente aos assuntos que interessam a Casa do Povo;
 - d) Levar ao conhecimento do Presidente da Assembleia Geral qualquer resolução ou acto da Direcção que se lhe afigure contrário aos interesses da Casa do Povo ou no disposto nos estatutos;
 - e) Eleger e ser eleito para os corpos sociais;
 - f) Examinar as contas, orçamentos, livros de contabilidade e respectivos documentos, nos oito dias anteriores à Assembleia Geral convocada para efeitos da respectiva aprovação;
 - g) Frequentar ou utilizar as instalações da Casa do Povo e participar nas actividades de animação sócio - cultural, nas condições estabelecidas pela Direcção;
 - h) Levar ao conhecimento do Presidente da Direcção actos praticados pelos sócios passivos de sanção disciplinar.
- 1- O direito de frequentar as instalações da Casa do Povo e de participar nas actividades de animação sócio -cultural por ela desenvolvida é restrita aos sócios e familiares a seu cargo, que não estejam em condições legais de serem sócios.
 - 2- Os direitos previstos no número anterior poderão ser conhecidos, em condições análogas às dos sócios, a pessoas que não possam ter esta qualidade.
 - 3- A utilização de determinadas regalias, concedidas a Casa do Povo, nomeadamente a assistência a espectáculo; pode ser condicionada ao pagamento de taxas de montantes reduzidos a estabelecer pela Direcção.

ARTIGO 8º
(Deveres dos sócios)

- 1- São deveres dos sócios:
 - a) Comparecer nas reuniões para que forem convocadas;
 - b) Concorrer activamente para a prossecução dos objectivos da Casa do Povo;
 - c) Cumprir as posições estatutárias e regulamentares e aceitar as decisões da Assembleia Geral, da Direcção e do Concelho Fiscal;
 - d) Exercer com dedicação os cargos sociais para que foram eleitos;
 - e) Zelar e defender o património da Casa do Povo.

ARTIGO 9º
(Disposição comum)

Para além dos direitos dos sócios enunciados nos artigos anteriores, são lhes a conferidos todos os que resultem do disposto nos presentes estatutos ou diplomas legais aplicáveis.

CAPÍTULO III
ADMINISTRAÇÃO E FUNCIONAMENTO
SECÇÃO IDisposições Gerais
ARTIGO 10º
(Órgãos)

- 1- São órgãos da Casa do Povo, a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.
- 2- Os membros da mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal são eleitos pelos sócios.

ARTIGO 11º
(Distribuição de Cargos)

- 1- Em cada órgão os membros eleitos distribuem entre si os respectivos cargo
- 2- É permitida a redistribuição de cargos dentro de cada órgão.
- 3- A distribuição ou redistribuição de cargos são comunicadas aos sócios, por meio de aviso afixado na sede, imediatamente após a reunião em que tal seja deliberado.

ARTIGO 12º
(Funcionamento dos Órgãos)

1- As deliberações da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal são tomadas pela maioria dos membros, salvo no caso de empate, em que cabe aos respectivos presidentes o voto de qualidade.

2- Na falta ou impedimento temporário de qualquer membro dos órgãos sociais as funções serão asseguradas pelo membro do mesmo órgão que se lhe seguir pela ordem de composição indicada nestes estatutos.

ARTIGO 13º
(Mandato)

- 1- A duração do mandato resultante de eleição efectuada para a totalidade dos órgãos dos membros da mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal é de três anos, salvo no caso referido na alínea f) do artigo 20º.
- 2- A contagem dos anos de mandato inicia-se na data da respectiva posse.
- 3- A duração do mandato dos membros dos órgãos escolhidos em eleição parcial, bem como os suplentes que sejam chamados a ocupar cargos qualquer órgão, finda no tempo do triénio em curso.

ARTIGO 14º
(Exercício)

- 1- Os órgãos sociais eleitos tomam posse dos respectivos cargos nos oito subsequentes á data da eleição e daquela é lavrado auto em livro próprio considerando-se desde essa altura em exercício.
- 2- A posse é conferida pelo Presidente da Comissão de Apoio às Casas do Povo ou pelo Presidente da Assembleia Geral.
- 3- No acto de posse são transferidos, na presença da Direcção cessante e ou Comissão Instaladora da Casa do Povo, todos os bens e valores respectivos, por meio de inventário, que deve ser assinado pelos membros daquelas e pelos empossados, e no qual se discriminam as importâncias e vai em caixa e depósito.
- 4- No caso de impedimento ou recusa da Direcção cessante e ou Comissão Instaladora da Casa do Povo, o Presidente da Comissão de Apoio às Casas do Povo, promoverá a transferência de valores nas condições atrás mencionadas.
- 5- Os órgãos sociais cessantes continuam em exercício até á posse dos eleitos.
- 6- É gratuito o exercício dos cargos sociais, sem prejuízo do direito á compensação das despesas dele resultantes.

ARTIGO 15º
(Renúncia)

Os membros dos órgãos sociais em exercício que pretendam ser dispensados das suas funções devem comunicar por escrito a sua renúncia fundamentada, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou a quem o substitua.

ARTIGO 16º
(Perda do mandato)

- 1- Perdem o mandato os membros dos órgãos da Casa do Povo que, injustificadamente faítem a duas vezes seguidas ou interpoladas, em cada ano à reuniões daqueles órgãos.
- 2- A Assembleia Geral poderá deliberar a perda do mandato de qualquer membro dos órgãos sociais que, directamente ou por interposta pessoa, negocie com a Casa do Povo.

SECÇÃO II
Da Assembleia GeralARTIGO 17º
(Composição)

- 1- A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios no pleno gozo dos respectivos direitos.
- 2- Os sócios não podem fazer-se representar nas sessões da Assembleia Geral.

ARTIGO 18º
(Mesa da Assembleia Geral)

A Assembleia Geral é dirigida por uma mesa, constituída por um presidente e dois secretários.

ARTIGO 19º
(Convocatória)

- 1- As reuniões da Assembleia Geral são convocadas pelo Presidente da Mesa, por sua iniciativa, ou a pedido da Direcção, ou a requerimento de 25 sócios
- 2- Se o Presidente da Mesa o não fizer, nos oito dias subsequentes à data fixada estatutariamente ou nos termos do número anterior, a convocação poderá ser feita pelo Presidente da Comissão das Casas do Povo.
- 3- A convocatória independentemente de qualquer outro meio de publicação é afixada na Casa do Povo com antecedência não inferior a 15 dias.
- 4- Da convocatória constam obrigatoriamente a ordem de trabalhos, o local, o dia e a hora designados para a reunião.
- 5- Entre a primeira e a segunda convocatória não pode decorrer menos de uma hora.

ARTIGO 20º
(Competência)

Compete à Assembleia Geral:

- a) Eleger por um escrutínio na mesa da Assembleia Geral, os membros da Direcção e do Conselho Fiscal;
- b) Analisar e aprovar os orçamentos e planos de actividades, bem como as contas e relatório anual;
- c) Deliberar sobre as decisões da direcção relativamente aos pedidos de inscrição como sócio;
- d) Declarar sócios honorários da Casa do Povo às pessoas ou entidades referidas na alínea b) do artigo 5º;
- e) Dar parecer sobre os assuntos que lhe forem propostos pela Direcção;
- f) Deliberar a dissolução do organismo, com o voto favorável de dois terços da totalidade dos sócios;

ARTIGO 21º
(Reuniões)

- 1- A Assembleia Geral reúne em sessão ordinária, em Março e na primeira quinzena de Dezembro de cada ano, para a
- 2- Apreciação e votação, respectivamente, do relatório e contas do ano anterior e do plano de actividades para o ano seguinte.
- 3- A Assembleia Geral pode ainda reunir extraordinariamente para tratar de assuntos de manifesto interesse para o organismo.
- 4- As deliberações sobre a modificação dos estatutos ou extinção do organismo são tomadas em reuniões extraordinárias, expressamente convocadas para o efeito.

ARTIGO 22º
(Funcionamento)

- 1- Assembleia Geral funciona em primeira convocação com a maioria dos sócios com direito a nela participarem e, em segunda, com qualquer número.
- 2- É proibida a discussão de assuntos que não sejam da competência da Assembleia Geral.
- 3- Nenhum sócio pode votar em assunto que lhe diga particularmente respeito.

ARTIGO 23º
(Competência do Presidente)

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

- a) Convocar a Assembleia Geral para reuniões ordinárias e extraordinárias;
- b) Dirigir as reuniões, disciplinando e orientando a discussão e votação;
- c) Assinar o expediente que diga respeito à Assembleia Geral;
- d) Dar posse aos corpos gerentes;
- e) Assistir, sempre que o julgue conveniente, às reuniões da Direcção;
- f) Cooperar com a Direcção na realização dos fins da Casa do Povo e na orientação da sua actividade.

ARTIGO 24º
(Competência dos secretários)

- 1- Compete aos secretários da mesa da Assembleia Geral secretariar as reuniões, assegurar o seu expediente e escriturar o livro das actas.
- 2- Nos impedimentos do presidente da mesa e dos secretários, as funções previstas na alínea b) do artigo 23º são exercidas pelo sócio mais idoso presente.

SECÇÃO III
Direcção
ARTIGO 25º
(Composição)

Compete a Direcção:

- a) Representar a Casa do Povo em juízo e fora dele;
- b) Administrar os valores da Casa do Povo com maior zelo e economia, arrecadando as receitas satisfazendo as despesas;
- c) Organizar os serviços e zelar pela correcta escrituração dos livros e documentos que forem necessários;
- d) Dar balanço mensalmente aos fundos da Casa do Povo, verificando os documentos da caixa, a enviar o respectivo balancete a comissão de apoio as Casas do Povo;
- e) Elaborar o relatório e contas de exercício e os orçamentos e submetê-los à apreciação do Conselho Fiscal e a aprovação da Assembleia Geral;
- f) Apresentar a escrita e mais documentos à fiscalização da Comissão de Apoio as Casas do Povo;
- g) Elaborar, no ano em que findar seu exercício, as relações dos sócios eleitores e elegíveis e preparar os de mais elementos necessários à eleição dos corpos gerentes da Casa do Povo;
- h) Divulgar junto aos sócios as disposições legais que posam ser do seu interesse, bem como esclarecê-los sobre os seus direitos e deveres;
- i) Deliberar sobre as pretensões formuladas pelos sócios e receber as queixas apresentadas pelos utentes dos serviços prestados pela Casa do Povo;
- j) Definir o modo de utilização da sede e suas dependências pelos sócios e seus familiares;
- l) Proceder contenciosamente contra os sócios e aplicar-lhes as penalidades nos termos das disposições estatutárias;
- m) Estudar as condições em que desenvolvem algumas actividades características da área da Casa do Povo;
- n) Colaborar com as associações locais em iniciativas tendentes a melhorar a situação social da população;
- o) Cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral, bem como as disposições dos presentes estatutos e da lei;
- p) Submeter à aprovação do membro do Governo Regional competente as alterações dos estatutos votados pela Assembleia Geral;

- q) Praticar os de mais actos conducentes à realização dos fins da Casa do Povo e tomar as relações necessárias em matérias que não seja da competência da Assembleia Geral.

ARTIGO 27º
(Competência Específica)

Compete à Direcção, no que se refere ao pessoal da Casa do Povo:

- a) Intervir na admissão e promoção dos trabalhadores nos termos estabelecidos em regulamento;
- b) Verificar o comportamento profissional dos trabalhadores;
- c) Receber queixas e reclamações de qualquer sócio ou utente relativamente ao comportamento dos empregados;
- d) Instaurar inquéritos ou procedimento disciplinar contra os trabalhadores da Casa do Povo, relativamente aos quais existam indícios de infracção que justifiquem;
- e) Ordenar a suspensão preventiva dos empregados comunicando-a à Comissão de Apoio às Casas do Povo, no prazo de 3 dias, para efeito de confirmação.

ARTIGO 28º
(Limitação de Competência)

- 1- A Direcção não pode fazer por conta da Casa do Povo operações alheias à respectiva administração ou aplicar quaisquer quantias para fins que não caibam dentro do âmbito de actividades do organismo.
- 2- Para obrigar o organismo é necessária a assinatura da maioria dos membros, incluindo a do Presidente.
- 3- A movimentação de cheques e ordens de pagamento carece de assinatura de dois membros da Direcção, sendo um deles o tesoureiro.

ARTIGO 29º
(Reuniões)

- 1- A Direcção deve reunir sempre que necessária e obrigatoriamente pelo menos, uma vez cada mês.
- 2- Na primeira reunião de cada mês, a Direcção procede à verificação das contas, comece pela conferência de "caixa", devendo o quantitativo do saldar constar expressamente da acta.

ARTIGO 30º
(Competência do Presidente)

Incumbe especialmente ao Presidente da Direcção:

- a) Convocar as reuniões da Direcção, dando conhecimento das respectivas datas aos Presidentes da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal;
- b) Dirigir os trabalhos e aumentar a discussão dos assuntos submetidos às reuniões;
- c) Assegurar a execução das deliberações tomadas;
- d) Assinar a correspondência;
- e) Superintender em todos os assuntos administrativos e orientar os serviços;
- f) Outorgar, depois de devidamente autorizada pela Direcção, em todos os actos que interessem ao organismo.

ARTIGO 31º
(Competência do Secretário)

Compete especialmente ao Secretário:

- a) Lavrar as actas das reuniões da Direcção;
- b) Velar pela correcta execução de todo o serviço de secretaria e do arquivo;
- c) Verificar anualmente a actualização do inventário dos bens da Casa do Povo.

ARTIGO 32º
(Competência do Tesoureiro)

Incumbe especialmente ao Tesoureiro:

- a) Dar cumprimento às resoluções da Direcção que digam respeito a receitas e despesas;
 - b) Providenciar pelo recebimento e guarda dos valores pertencentes à instituição, depositando os saldos que excedam o montante superiormente;
 - c) Vigiar a escrituração do livro "caixa" de modo a que se encontre sempre em dia;
 - d) Assinar com o outro membro da Direcção, cheques e ordens de pagamento;
 - e) Fiscalizar a escrituração e o arquivo de todos os documentos de receitas e despesas;
 - f) Manter a Direcção a par do estado financeiro da Casa do Povo.
- SECÇÃO IV**
Conselho Fiscal

ARTIGO 33º
(Composição)

O Conselho Fiscal é composto por um Presidente e dois Vogais.

ARTIGO 34º
(Competência)

O Conselho Fiscal é órgão de controle e fiscalização da Casa do Povo, competindo-lhe, designadamente:

- a) Examinar, sempre que o julgar conveniente, a escrita e demais documentação da Casa do Povo;
- b) Verificar, quando considere necessário, o saldo de "caixa" e a existência de títulos e valores de qualquer espécie, o que fará constar das respectivas actas;
- c) Emitir parecer sobre o relatório e as contas de exercício, bem como pronunciar-se sobre o Orçamento e Plano de actividades para o ano seguinte;
- d) Apreciar qualquer outro assunto sobre o qual lhe seja pedido parecer.

ARTIGO 35º
(Reuniões)

- 1- O Conselho Fiscal reúne, em sessão ordinária, trimestralmente e, sempre que necessário para os efeitos da alínea c) do artigo anterior.
- 2- O Conselho Fiscal reúne, extraordinariamente, por iniciativa do Presidente ou a pedido dos restantes membros.

ARTIGO 36º
(Competência do Presidente)

Compete ao Presidente do Conselho Fiscal.

- a) Convocar as reuniões ordinárias do Conselho;
- b) Orientar os trabalhos das reuniões;
- c) Assistir, sempre que o julgue conveniente, às reuniões da Direcção, sem direito a voto.

ARTIGO 37º
(Competência dos Vogais)

- 1- Compete ao primeiro vogal redigir os pareceres do Conselho Fiscal.

2- Compete ao segundo vogal colaborar com os restantes membros no desempenho das respectivas funções.

CAPÍTULO IV
COMISSÕES ADMINISTRATIVAS
ARTIGO 38º
(Atribuições)

1- Se a Casa do Povo se encontrar a ser gerida por uma Comissão Administrativa a esta incumbem as atribuições e competências da mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal.
2- À Comissão Administrativa compete promover eleições dentro do prazo fixado no despacho de nomeação.

CAPÍTULO V
ELEIÇÕES
ARTIGO 39º

(Realização das Eleições)

1- Devem realizar-se eleições na Casa do Povo, para a totalidade dos órgãos:

- a) Antes de decorrerem três anos sobre a constituição da Comissão Instaladora;
- b) No mês em que findar o triénio após as últimas eleições gerais;
- c) Até ao termo dos mandatos fixados nos despachos de nomeação das Comissões Administrativas.

2- Devem realizar-se eleições parciais quando um órgão reduzido a menos de metade dos seus membros, depois de os suplentes terem preenchido as vagas ocorridas.

ARTIGO 40º

(Capacidade Eleitoral Activa)

São eleitores dos órgãos da Casa do Povo os sócios em pleno gozo dos seus direitos, que em 31 de Dezembro do ano anterior ao das eleições se encontrem inscritos.

ARTIGO 41º

(Capacidade Eleitoral Passiva)

1- São elegíveis os sócios que tenham nacionalidade portuguesa, saibam ler e escrever, se encontram no pleno gozo dos seus direitos e não estejam abrangidos por alguma das incapacidade que privam da qualidade de cidadão eleitor, salvo o disposto nos números seguintes.

2- Não podem candidatar-se para exercer funções, em simultâneo e no mesmo órgão, os parentes ou afins em qualquer grau da linha recta e os irmãos.

3- Não podem candidatar-se às eleições para os órgãos sociais os empregados da Casa do Povo.

4- Os candidatos ou membros dos órgãos sociais em exercício da Casa do Povo não podem candidatar-se às eleições noutra Casa do Povo.

5- São inelegíveis os sócios honorários e os beneméritos.

ARTIGO 42º

(Remissão)

As eleições para os órgãos sociais da Casa do Povo regem-se pelas normas constantes do Regulamento Eleitoral, aprovado por despacho do membro do Governo da tutela, sem prejuízo das disposições gerais constantes dos presentes estatutos.

CAPÍTULO VI
REGIME FINANCEIRO
SECÇÃO I
Receitas e Despesas
ARTIGO 43º

(Receltas)

As receitas da Casa do Povo inscrevem-se nas seguintes rubricas:

- a) Taxas estabelecidas por regulamento interno para a prática ou acesso a determinadas actividades;
- b) Dotações do Governo Regional;
- c) Importâncias recebidas ao abrigo de acordos celebrados com entidades públicas ou privadas;
- d) Donativos, legados ou heranças;
- e) Rendimento de bens próprios e de serviços;
- f) Juros de fundos capitalizados;
- g) Outras receltas.

ARTIGO 44º

(Despesas)

As despesas da Casa do Povo são as que provêm do desempenho das suas atribuições, em conformidade com a lei e os costumes.

SECÇÃO III
ORÇAMENTOS E CONTAS

ARTIGO 45º

(Orçamentos)

1- Até 20 de Novembro de cada ano é elaborado pela Direcção e submetido, nos dez dias seguintes, à apreciação do Conselho Fiscal, o orçamento para o ano seguinte, discriminando-se as receitas ordinárias e as extraordinárias e bem assim as despesas, com a descrição em rubricas próprias, das verbas relativas à administração e a cada uma das modalidades de actuação do organismo, sendo aquele apresentado à aprovação da Assembleia Geral.

2- No decurso do ano podem ser elaborados até dois orçamentos suplementares destinados a ocorrer a despesas imprevistas ou insuficientemente dotadas no orçamento ordinário, os quais são sujeitos a parecer do Conselho Fiscal e submetidos à aprovação da Assembleia Geral.

ARTIGO 46º

(Contas de Gerência)

1- As contas de gerência são encerradas com referência a 31 de Dezembro de cada ano e sujeitas a parecer do Conselho Fiscal nos dez dias seguintes ao encerramento.

2- Durante oito dias anteriores à reunião da Assembleia Geral para sua apreciação, a realizar em Março, as contas e o respectivo parecer são afixadas na sede, facultando-se a sua consulta aos sócios em pleno gozo dos seus direitos.

3- Os orçamentos e as contas de gerência, juntamente com o respectivo relatório, são remetidos à Comissão de Apoio às Casas do Povo, imediatamente após a sua aprovação pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VII
SANÇÕES
SECÇÃO I
Responsabilidades dos Corpos Gerentes
ARTIGO 47º

(Observância dos Estatutos)

Compete à Assembleia Geral a verificação da observância do disposto nestes estatutos relativamente aos actos de todos os órgãos sociais, ressalvada a competência do Conselho Fiscal e do Tribunal competente.

ARTIGO 48º

(Responsabilidade)

1- Os membros dos órgãos sociais são responsáveis solidariamente em matéria civil e, individualmente, em matéria criminal, pelas faltas ou irregularidade cometidas no exercício das suas funções, excedam ou não os limites da sua competência.

2- Os membros dos órgãos sociais são ainda responsáveis perante a Casa do Povo, pelos prejuízos resultantes do não cumprimento dos deveres legais e estatutários.

3- Decorridos seis meses sobre a aprovação da Conta de Gerência os membros da Direcção ficam ilibados de responsabilidade para com a Casa do Povo, salvo provando-se ter havido má fé ou indicações falsas, mas a aprovação será ineficaz quando não tiver sido dado o cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 46º.

4- Consideram-se isentos de responsabilidade os que não tiverem tido intervenção na resolução ou a reprovarem com declarações expressas no livro de actas.

ARTIGO 49º

(Infracções)

Qualquer sócio pode requerer ao Tribunal competente:

- a) A suspensão dos dirigentes responsáveis até a decisão final do processo, nos casos previstos no nº1 do artigo seguinte;
- b) A destituição dos dirigentes que deixem de reunir as condições de elegibilidade estabelecida.

ARTIGO 50º

(Penalidades)

- 1- São punidos com destituição do cargo os membros da Direcção que directamente contribuíram para desviar o organismo do fim para que foi instituído ou o impossibilitarem de cumprir os deveres impostos por lei.
- 2- O disposto no número anterior não prejudica a aplicação de outras penalidades fixadas na lei.

SECÇÃO II

REGIME DISCIPLINAR DOS SÓCIOS

ARTIGO 51º

(SANÇÕES DISCIPLINARES)

1- Pelas infracções aos deveres estatutários cometidas pelos sócios são aplicáveis, sem prejuízo das sanções previstas na lei as penalidades de repreensão, de suspensão e de exclusão, de acordo com o estipulado nos números seguintes:

2- São factos pelos quais o sócio pode ser repreendido:

- a) Ser menos correcto no seu procedimento associativo, por forma a lesar o bom nome da Casa do Povo;
- b) Não cumprir as resoluções tomadas pela Assembleia Geral ou pela Direcção, de harmonia com os estatutos da lei.
- 3- É suspenso por um período mínimo de trinta dias e máximo de dois anos o sócio que:
 - a) Ofender qualquer membro da Assembleia Geral, da Direcção Conselho Fiscal, ou empregado, no exercício, das suas funções;
 - b) Tentar desacreditar a Casa do Povo;
 - c) Formular, de má fé, contra outros sócios acusações que não provar em assuntos relacionados com actividade do organismo;
 - d) Delapidar os bens da Instituição;
 - e) Atentar de forma grave contra a boa ordem e harmonia que deve existir na Casa do Povo.
- 4- A suspensão implica a incapacidade temporária de o transgressor usufruir os direitos e regalias resultantes da qualidade de sócio.

5- É excluído o sócio que:

- a) Agredir corporalmente qualquer membro da mesa de Assembleia Geral, da Direcção ou do Conselho Fiscal, ou empregado no exercício das suas funções;
- b) Perturbar gravemente a ordem de trabalhos em sessões da Assembleia Geral.

ARTIGO 52º

(Procedimento)

1- As penalidades previstas no artigo anterior são aplicadas pela Direcção tomando em conta as circunstâncias concretas da infracção e o comportamento anterior do sócio e desta decisão cabe o recurso para a Assembleia Geral, a interpor no prazo de dez dias.

2- O sócio arguido não pode ser punido sem que previamente seja convocado para se defender.

3- Das penalidades aplicadas nos termos do artigo anterior é dado conhecimento à Comissão de Apoio às Casas do Povo.

4- Da deliberação da Assembleia Geral há recurso para o tribunal competente.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 53º

(Delegações)

1- Nos casos em que se justifique e para melhor realização dos seus fins, pode a Casa do Povo, com prévia autorização da Comissão de Apoio às Casas do Povo, criar ou extinguir delegações na sua área.

2- Cada delegação será dirigida por três sócios, escolhidos pela Direcção.

ARTIGO 54º

(Artigo e Alienação de Bens)

Com prévia autorização da Comissão de Apoio às Casas do Povo pode:

- a) Adquirir, a título gratuito ou oneroso, prédios destinados às suas instalações ou à prossecução dos seus fins;
- b) Aceitar legados ou heranças a benefício de inventário;
- c) Alienar, a qualquer título, e onerar ou ceder o uso de bens imóveis.

ARTIGO 55º

(Simbologia)

A Casa do Povo tem direito ao uso de emblema, bandeira ou selo próprio, aprovados pela Comissão de Apoio.

ARTIGO 56º

(Âmbito de Actuação)

Os bens e meios de acção de que a Casa do Povo disponha para prossecução dos serviços não podem ser utilizados para qualquer actividade contrária aos seus interesses.

ARTIGO 57º

(Dissolução)

1- A dissolução da Casa do Povo pode resultar da verificação de uma das seguintes causas:

a) Por deliberação da Assembleia Geral nos termos da alínea f) do artigo 20º e n.º 3 do artigo 21 destes estatutos;

b) Por decisão judicial que declare a sua insolvência.

2- A associação extingue-se ainda por decisão judicial:

a) Quando o seu fim se tenha esgotado ou se haja tornado impossível;

b) Quando o seu fim real não coincida com o fim expresso no acto de constituição ou nos estatutos;

c) Quando o seu fim seja sistematicamente prosseguido por meios ilícitos ou morais;

d) Quando a sua existência se torne contrária á ordem e moral pública.

ARTIGO 58º

(Destino dos bens em caso de extinção)

No caso da dissolução da Casa do Povo em consequência das

deliberações ou decisão, previstas no artigo anterior, ou face a uma situação de desinteresse das direcções e ou das pessoas ou entidades que constituem

as Comissões Instaladoras, relativamente á transformação e continuidade da Casa do Povo, o seu património ficará á responsabilidade dos Serviços de Extensão Rural.

ARTIGO 59º

(Fase de Organização)

Enquanto a Casa do Povo se encontrar em fase de instalação as funções cometidas normalmente aos órgãos sociais são exercidas pela Comissão Instaladora.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direcção Regional da Administração da Justiça.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fracção de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda	€ 15,91 cada	€ 15,91;
Duas laudas	€ 17,34 cada	€ 34,68;
Três laudas	€ 28,66 cada	€ 85,98;
Quatro laudas	€ 30,56 cada	€ 122,24;
Cinco laudas	€ 31,74 cada	€ 158,70;
Seis ou mais laudas	€ 38,56 cada	€ 231,36

A estes valores acresce o imposto devido.

EXEMPLAR

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

ASSINATURAS

	<u>Anual</u>	<u>Semestral</u>
Uma Série	€ 27,66	€ 13,75;
Duas Séries	€ 52,38	€ 26,28;
Três Séries	€ 63,78	€ 31,95;
Completa	€ 74,98	€ 37,19.

Aestes valores acrescentem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de Janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA

Divisão do Jornal Oficial

IMPRESSÃO

Divisão do Jornal Oficial

DEPÓSITO LEGAL

Número 181952/02

Preço deste número: € 3,02 (IVA incluído)